

INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO – PPC

CAMPUS FLORIANÓPOLIS

**PPC - PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**
Lato Sensu

Florianópolis, agosto de 2017

SUMÁRIO

1 DADOS DA IES.....	3
1.1 Mantenedora.....	3
1.2 Mantida – Campus Proponente:.....	3
1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta.....	3
1.4 Contextualização da IES.....	3
2 DADOS DO CURSO.....	7
2.1 Requisitos Legais.....	7
2.2 Parceria externa para a realização do curso.....	7
2.3 Dados para preenchimento do certificado.....	7
3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	9
3.1 Justificativa da oferta do curso.....	9
3.2 Objetivos do curso.....	11
3.3 Contribuições para o egresso.....	11
3.4 Público alvo.....	12
3.5 Ingresso no curso.....	12
3.6 Desligamento do discente.....	13
4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO.....	13
4.1 Metodologia.....	13
4.2 Matriz Curricular.....	18
4.3 Componentes curriculares.....	19
4.4 Atividades complementares.....	26
4.5 Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem.....	27
4.6 Trabalho de Conclusão de Curso.....	27
4.7 Atividades de Tutoria (para cursos EAD).....	28
4.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente.....	28
4.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica.....	28
5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	29
5.1 Coordenador do Curso.....	29
5.2 Corpo Docente.....	29
5.3 Colegiado do Curso.....	30
6 INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	31
6.1 Instalações gerais e equipamentos.....	31
6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD).....	32
6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD).....	33
6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD).....	33
6.5 Biblioteca.....	33
7 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	33
8 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO.....	34
9 ANEXO.....	34

1 DADOS DA IES

1.1 Mantenedora

Nome da Mantenedora: Instituto Federal de Santa Catarina

Endereço: Rua 14 de julho

Número: 150

Bairro: Coqueiros

Cidade: Florianópolis

Estado: SC

CEP: 88075-010

CNPJ: 11.402.887/0001-60

Telefone(s): (48) 3877-9000

Ato Legal: Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008

Endereço WEB: www.ifsc.edu.br

Reitor(a): Maria Clara Kaschny Schneider

1.2 Mantida – Campus Proponente:

Nome da Mantida: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campus Florianópolis

Endereço: Avenida Mauro Ramos

Número: 950

Bairro: Centro

Cidade: Florianópolis

Estado: SC

CEP: 88.020-300

CNPJ: 81.531.428/0001-62

Telefone(s): (48) 3211- 6000

Ato Legal:

Endereço WEB: florianopolis.ifsc.edu.br

Diretor Geral(a): Andréa Martins Andujar

1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta

Nome: Marival Coan	Email: marival@ifsc.edu.br	Fone: (48) 9 99981698
Nome: Marcio Ricardo Teixeira Moreira	Email: mmoreira@ifsc.edu.br	Fone: (48) 9 9912 3540
Nome: Elieser Donizete spereta	Email: elieser.donizete@ifsc.edu.br	Fone: (48) 9 9633 4002
Nome: Liliane Stelzenberger	Email: liliane@ifsc.edu.br>	Fone: (48) 9 9681 0020

1.4 Contextualização da IES

1.4.1 O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública de educação profissional, que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, incluindo a formação docente, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com diversos setores da sociedade catarinense.

A Instituição é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Possui uma reitoria, 22 câmpus e um Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cerfead). Foi criada em Florianópolis por meio do decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, como Escola de

Aprendizes Artífices de Santa Catarina. Esse decreto instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes Artífices em todo o País. Nesse início, a instituição oferecia, além do ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautação, cursos de carpintaria, escultura e mecânica.

Em 1.937, por meio da lei nº 378, a instituição mudou de nome e status, para Liceu Industrial de Florianópolis e, cinco anos mais tarde (decreto-lei nº 4.127, de 23 de fevereiro de 1942), transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis. Com isso, começou a oferecer cursos industriais básicos e cursos de mestria. A nomenclatura mudou novamente em 1965, passando a denominar-se Escola Industrial Federal de Santa Catarina (EIF-SC).

A partir de 1968, a instituição tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC). Naquela época, começou o processo de extinção gradativa do curso ginásial industrial, por meio da supressão da matrícula de novos alunos na primeira série. O objetivo era especializar a escola em Cursos Técnicos de Segundo Grau (atual ensino Técnico Integrado), o que passou a ocorrer a partir de 1971, após a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971).

Em 1988, a escola iniciou a oferta dos cursos de Telecomunicações e de Refrigeração e Ar Condicionado, em São José, na região metropolitana da capital. Três anos depois, a instituição inaugurou a Unidade São José, em instalações próprias, a primeira unidade de ensino do atual IFSC fora da capital catarinense.

Em 1994, foi implantada a terceira unidade de ensino da instituição, a primeira no interior de Santa Catarina, na cidade de Jaraguá do Sul, região norte do estado. Um ano depois, passou a ser oferecido, no município de Joinville, o Curso Técnico em Enfermagem, como extensão da Unidade Florianópolis.

Um decreto presidencial de 27 de março de 2002 criou o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC), oferecendo cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação lato sensu (especialização).

Em 2005, com a Lei nº11.195, teve início em todo o país um processo de interiorização e expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica. Um ano depois, como parte dessa política de criação de novas escolas técnicas no Brasil, o CEFET-SC implantou três novas unidades de ensino, que hoje são Câmpus do IFSC. Uma delas, a Unidade Continente (atual Campus Florianópolis-Continente), foi instalada na área continental de Florianópolis, como federalização de uma escola privada de gastronomia, criada pelo Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), oferecendo cursos na área de turismo e hospitalidade. As outras duas unidades foram implantadas no interior: em Chapecó, no oeste de Santa Catarina, e em Joinville, no norte.

Também em 2006, a instituição passou a oferecer o curso Técnico em Pesca, o primeiro em pesca marítima do país, na cidade de Itajaí, litoral norte catarinense, vinculado à Unidade Florianópolis-Continente. A sétima unidade de ensino do CEFET/SC começou as atividades em fevereiro de 2008, em Araranguá, na região sul de Santa Catarina.

Em março de 2008, uma votação que envolveu professores, servidores técnico administrativos e estudantes o então CEFET/SC aprovou a transformação da instituição para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). O projeto de lei que definiu a mudança foi aprovado pela Câmara Federal e pelo Senado e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 29 de dezembro de 2008. Em 2009, tiveram início as primeiras aulas de cursos de qualificação no Câmpus Xanxerê, federalizado a partir de antiga instituição do PROEP.

No ano de 2010, o IFSC ampliou a sua atuação no estado com mais sete

Câmpus: Caçador, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Geraldo Werninghaus (localizado em Jaraguá do Sul) e Palhoça Bilíngue (libras/português). Já em 2011, começaram as atividades em Garopaba, Lages, São Miguel do Oeste e Urupema. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a sede própria da Reitoria do IFSC, na área continental de Florianópolis. Com a terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi anunciada pelo Governo Federal a construção do Campus Tubarão. O IFSC possui hoje mais de 30.000 alunos e aproximadamente 2.500 servidores, sendo 1.400 professores.

Paralelamente, cabe descrever história da Educação a Distância (EaD) no IFSC, a qual teve início em 2000, quando a Unidade São José ofereceu o primeiro Curso Básico em Refrigeração na modalidade a distância. Em 2002, a Unidade Florianópolis ofereceu o primeiro curso Técnico em Eletrotécnica a distância e em 2009, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), foi iniciado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Em 2007 o CEFET-SC também aderiu ao programa Escola Técnica

Aberta do Brasil (eTEC Brasil/MEC), implantando o Curso Técnico em Informática para Internet. Atualmente, o IFSC tem parceria com 37 polos de apoio presencial localizados em diferentes municípios de Santa Catarina e de outros estados brasileiros, como Rio Grande Sul, Paraná e São Paulo.

A Lei Nº 11.892 de 29/12/2008 que instituiu a Rede Federal de EPCT estabelece, no seu Inciso VI, que os Institutos deverão qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências às instituições públicas de ensino oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.

1.4.2 O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) Campus Florianópolis

Desde sua inauguração, em 1º de setembro de 1910, como **Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina**, o **IFSC – Campus Florianópolis**, acumula mais de 100 anos de história, que passa pelo Liceu Industrial de Santa Catarina, Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC), Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFETSC), até chegar ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Atualmente o Campus oferece diversos níveis e modalidades de Educação profissional articulando ensino, pesquisa e extensão, a saber:

•Curso de Especialização

(Especialização - Lato Sensu)

Desenvolvimento de Produtos Eletrônicos

- Educação Profissional e Tecnológica - EPT

•Curso de Graduação

Design de Produto

- Eletrônica Industrial

- Engenharia Civil

- Engenharia Elétrica

- Engenharia Eletrônica

- Engenharia Mecatrônica

- Gestão da Tecnologia da Informação

- Radiologia
- Sistemas de Energia
- **Curso de Mestrado (Mestrado - Stricto Sensu)**
Clima e ambiente
- Mecatrônica
- **Curso de Qualificação Profissional (Curso de Formação Inicial e Continuada)**
Curso Básico de Instrumentos de Orquestra
- Inglês
- Língua Francesa - Básico 1
- Língua Francesa - Básico 2
- Proteção Radiológica - Módulo I
- Teatro de Animação
- **Curso Técnico Integrado (Curso Técnico + Ensino Médio no IFSC)**
Edificações
- Eletrônica
- Eletrotécnica
- Química
- Saneamento
- **Curso Técnico Subsequente (Pós-Médio)**
Agrimensura
- Edificações
- Eletrônica
- Eletrotécnica
- Enfermagem
- Informática
- Manutenção Automotiva
- Mecânica
- Meio Ambiente
- Meteorologia
- Saneamento

- Segurança do Trabalho
- Curso Técnico integrado em PROEJA Cozinha em parceria com o Campus Continente.

2 DADOS DO CURSO

Nome do curso: CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Modalidade: Presencial, com até 20% de atividades não presenciais (EAD). Os 20% de atividades não presenciais (EAD) serão feitos por meio do moodle, modalidade na qual o curso está inscrito, e na qual os professores depositam materiais e interagem com os alunos, seja através dos chats, seja por meio de requisição e recepção de trabalhos. A metodologia adotada por cada professor para possível emprego desta carga de 20% estará devidamente descrita em seu plano particular de ensino.
Área: Educação
Carga Horária: 440hs. Sendo 360hs destinadas as unidades curriculares obrigatórias e 80hs destinadas ao Trabalho de Curso (TCC).
Periodicidade: Anual.
Período: 18 meses.
Número de vagas: 30
Horário e frequência das aulas: Noturno/semanal

2.1 Requisitos Legais

Normas Nacionais:

- Lei nº 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB);
- Lei Nº 10.861/2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;
- Decreto 5.773/2006 – Regulamenta a Lei 10.861/2004.
- Decreto Nº 2.494/1998 – Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96) sobre EaD;
- Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017 - Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Resolução CNE/CEB 02/1997 – Programas especiais de formação pedagógica de professores;
- Resolução CES/CNE 01/2001 – Normas para o funcionamento de cursos de pós graduação;
- Resolução nº 01/2007/CNE/CES que estabelece normas para o funcionamento de Cursos de Pósgraduação Lato Sensu, em nível de Especialização
- Resolução CNE/CEB 12/2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Técnicos;

Documentos Institucionais:

- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- Resolução CONSUP nº 105/2011, republicada em 1º de março de 2016 – Regulamenta a pós- Graduação Lato Sensu no IFS;
- Regulamento Didático Pedagógico (RDP);
- Resolução nº 60/2011/CEPE, republicada em 25 de outubro de 2016, que regulamenta as normas para expedição e registro dos Diplomas e Certificados dos cursos de

graduação e de pós-graduação do IFSC;

- Resolução nº 06/2012/CEPE que aprova os formulários de tramitação de processos regulatórios para oferta de cursos do IFSC.

2.2 Parceria externa para a realização do curso

Não haverá parceria externa para a realização do curso.

2.3 Dados para preenchimento do certificado

Ao final do Curso, cumpridos todos os requisitos de integralização, o aluno receberá um Certificado de Pós-Graduação, devidamente registrado pelo IFSC com validade nacional, com o título de “**Especialista em Educação Profissional e Tecnológica**”, conforme legislação vigente. Os demais dados serão de acordo com o padrão institucional.

Há a possibilidade de certificação intermediária do tipo “aperfeiçoamento” após o cumprimento dos três módulos do curso que compreende a realização com êxito das atividades organizadas pelas unidades curriculares (UCs). Essas UCs totalizam 360 horas. Para obter a Certificação Intermediária, o aluno deverá requerer o respectivo certificado à Coordenação do Curso, após aprovação em todas as UCs prevista no curso.

Certificação Intermediária: Aperfeiçoamento em **Educação Profissional e Tecnológica**.

3.3.1 DADOS PARA PREENCHIMENTO DO DIPLOMA (OU CERTIFICADO)

Anverso do Diploma (ou Certificado)

Logotipo do IFSC

República Federativa do Brasil

Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (sem menção ao Campus)

Menção à RESOLUÇÃO CNE/CES N° 1, DE 08/06/2007 e RESOLUÇÃO CNE/CES N° 1, DE 03/04/2001

Selo da República

Dados do Curso

Campus **Florianópolis**

Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica

Habilitação: **Especialista em Educação Profissional e Tecnológica**

Data de conclusão do curso:

Data de colação de grau:

Título conferido: **Especialista**

Local de emissão: Florianópolis

Data de emissão:

Dados do Aluno

Nome completo do titulado:

Nacionalidade:

Estado de nascimento: ESTADO

Data de Nascimento:

Número do documento oficial de identidade (RG ou RNE): XXXXXXXX, Órgão: XXX:

Estado: UF

Número do Cadastro de Pessoa Física (CPF):XXXXXXXX

Outros Dados

- Assinatura do Coordenador de Curso com indicação do nome, cargo e portaria;
- Assinatura do titulado;
- Assinatura do Reitor, com indicação do nome, cargo e portaria.

Verso do Diploma

- Número da portaria de reconhecimento do curso, com a data da publicação no DOU. Quando for aplicada a Portaria Normativa nº 40, deverá constar o seguinte texto: curso em conformidade com a Portaria Normativa 40 do MEC, Artigo 63, de 12/12/2007, publicada no DOU n.º 239, seção 1, páginas 39-43, em 13/12/2007;
- Menção de que o registro foi feito nos termos da Lei 9394, de 20/12/1996, Artigo 48, § 1º, e da Lei nº 11892, de 29/12/2008, Artigo 2º, § 3º;
- Dados do registro: número do processo administrativo, do registro, do livro e da folha, e data em que o registro foi efetuado;
- Assinatura do Coordenador de Registros Acadêmicos, com indicação da portaria, data de publicação no DOU e matrícula SIAPE;
- Quando for 2ª via, deverá ser feito um apostilamento com tal informação.

Verso do Certificado

- Resolução que aprovou o funcionamento do curso;
- Período de realização e carga horária total;
- Título do trabalho de curso;
- Relação das disciplinas, carga horária individual, conceito obtido e nome e titulação dos professores ministrantes;
- Menção de que o registro foi feito nos termos da Resolução CNE/CES nº 1, de 03/04/2001; Resolução CNE/CES nº 1, de 08/06/2007; e Lei nº 11892, de 29/12/2008, artigo 2º, § 3º;
- Dados do registro: número do processo administrativo, do registro, do livro e da folha, e data em que o registro foi efetuado;
- Assinatura do Coordenador de Registros Acadêmicos, com indicação da portaria, data de publicação no DOU e matrícula SIAPE;
- Quando for 2ª via, deverá ser feito um apostilamento com tal informação.

3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 Justificativa da oferta do curso

A oferta desta especialização em educação profissional e tecnológica de forma pública e gratuita se justifica tendo em vista a demanda por formação nessa área na região da Grande Florianópolis. É urgente a necessidade de se formar profissionais em nível de pós-graduação *latu sensu* na área de Educação, com preparação consistente para atuar na Educação Profissional e Tecnológica, nas esferas da docência, da intervenção técnico-pedagógica, da pesquisa e da gestão de instituições e de políticas públicas, com vistas à compreensão, ao planejamento e à implementação de novos processos na Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

Diversas ações visando a expansão da oferta dessa modalidade educacional

estão em curso no Brasil e em nossa região, contudo, há relativa negligência no que tange a formação dos profissionais que atuam nesta oferta.

Este curso pretende implementar uma proposta de formação de educadores orientada por uma perspectiva crítica, que concebe o trabalho como princípio educativo objetivando uma política de oferta pública específica para a formação de docentes do campo da EPT e formar profissionais aptos a enfrentar os desafios postos pelo momento atual.

Finalmente, é de interesse fundamental deste curso, oferecer a oportunidade de cada profissional envolvido no processo tenha a oportunidade de refletir acerca dos direitos humanos e fundamentais que resguardam a garantia da cidadania a todas e todos de forma equânime, para que a realidade do mundo do trabalho possa ser sempre revista e encarada como um território de disputas em que não haja espaço para a discriminação.

1. Análise de Demanda:

A análise de demanda desenvolvida neste projeto considera a política definida e justificada pelo Ministério da Educação em seus documentos oficiais; as demandas internas do IFSC; as demandas da rede pública estadual de Santa Catarina, da rede privada e do Sistema S; e dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep) sobre a EPT, em sua página na rede *Internet*.

É de conhecimento público que a atual expansão da EPT ofertada pela Rede Federal em diversas modalidades, desde a formação inicial de trabalhadores até cursos *Stricto Sensu*, demanda uma formação de professores com vistas a garantir tanto a oferta como a qualidade desse fazer educacional.

Levantamento realizado pelo Inep em 2009 apontou que em Santa Catarina havia uma demanda aproximada de formação de 10.000 professores (INEP, 2009). Em recente consulta realizada pela comissão responsável pela elaboração deste projeto, junto à Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina e Sistema S situado em SC, mais de 70 professores manifestaram-se interessados em um curso de especialização a ser ofertado pelo IFSC, isso em apenas cinco dias de consulta eletrônica.

Nesse sentido, compreende-se que para a efetivação de uma política faz-se necessário, portanto, conhecer as características dos sistemas educacionais em Santa Catarina, com vistas a desenvolver-se um trabalho que busque superar gargalos e potencializar sua ação educacional/social. Os sucessivos anos, desde a década de 1990 até meados da década passada, com acentuado recuo na oferta de cursos técnicos na Rede Federal e a conseqüente diminuição dos concursos públicos para compor o quadro de professores da área específica, provocou grande *déficit* na constituição de um quadro docente à altura do que a sociedade, de uma forma global, está a exigir. É notável, ainda hoje, a falta de um quadro de professores efetivos no domínio da educação profissional que possam desenvolver uma ação docente voltada à indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Recente relatório do Tribunal de Contas da União (TCU, 2013) apontou um *déficit* de 8.000 professores para a Rede Federal de Educação Profissional. A demanda de professores qualificados também atinge as redes estadual e privada da EPT. A expansão da oferta da educação profissional exige a reconstituição desse quadro de professores aptos para o exercício pleno para atuar nessa modalidade de ensino, ou seja, urge uma política de formação de professores que pode ser abordada em duas dimensões: inicial e continuada.

Sobre a Formação inicial, conselheiros do Conselho Nacional de Educação, mediante o Parecer CNE/CEB nº 2/1997 (BRASIL, 1997) dispõe sobre programas

especiais de formação pedagógica de professores para a EPT, mediante a indicação de uma série de ações e esta proposta de oferta de um curso *Lato Sensu* vai nessa direção. Reitera-se que o CNE indicou à SETEC que a licenciatura para graduados pode substituir, com vantagens, os cursos de especialização, de pós-graduação *Lato Sensu* e os programas especiais intencionalmente destinados à formação de docentes para a educação profissional. Há de considerar-se, por conseguinte, que no caso de um profissional que já atua na educação profissional desenvolvendo o exercício da profissão docência, julga-se que a melhor solução é um Curso de Especialização que aborde esse fazer educacional como uma resposta mais efetiva a solucionar problemas específicos.

Nesse sentido, a formação proposta neste projeto visa à criação de uma nova cultura que rompa com uma dinâmica que aborde conhecimentos fragmentados e descontextualizados. A formação continuada para professores da EPT, bem como para seus gestores e técnicos, tem um papel estratégico na consolidação das suas políticas, inclusive as de expansão. É urgente a elaboração e execução de ações de formação para os professores que já atuam nessa área. Essa formação deve ir além da mera aquisição de técnicas didáticas de transmissão de conteúdos para os professores e de técnicas de gestão para os dirigentes, como destaca Moura (2007), e sim ter caráter crítico-reflexivo.

3.2 Objetivos do curso

Objetivos do Curso:

Objetivo Geral:

Desenvolver conhecimentos teórico-metodológicos sobre a docência na Educação Profissional e Tecnológica, numa perspectiva histórico-crítica, em prol de uma atuação profissional reflexiva e que busque a transformação social e a emancipação humana.

Objetivos específicos:

- Formar especialistas capazes de refletir criticamente a EPT, sistematizar e produzir conhecimentos nessa modalidade educacional;
- Pesquisar, analisar e desenvolver metodologias apropriadas para a EPT;
- Promover espaços de construção de conhecimentos teórico-práticos sobre o trabalho docente contextualizado, conforme inserção sócio profissional de alunos;
- Compreender e fomentar a pesquisa no âmbito da docência na Educação Profissional e Tecnológica, como princípio educativo; e
- Apropriar-se da historiografia da EPT.

3.3 Contribuições para o egresso

O especialista em Educação Profissional e Tecnológica é profissional pesquisador, cujo objeto de trabalho são todos os processos que envolvem a educação e a EPT. Este profissional, compreenderá: as relações históricas entre educação, ciência, tecnologia, sociedade e meio ambiente, a partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar; desenvolverá reflexões sobre a constituição histórica, bem como as políticas públicas para a EPT e sua vinculação com o desenvolvimento social, político e econômico do país; estará, ademais, apto a reconhecer que existem direitos assegurados constitucionalmente e por adesão do Estado brasileiro a pactos de envergadura internacional que dizem respeito a todas as minorias e que estes devem ser objeto de consideração e reflexão contínua. Também estará apto a realizar transposições didáticas contextualizadas em sua área de atuação docente.

2. Áreas de Atuação:

O egresso do Curso de Especialização em Educação Profissional qualifica-se para atuar na modalidade educação profissional e tecnológica nos níveis básico, técnico e tecnológico, bem como em outras atividades que requeiram compreensão acerca da EPT e de suas políticas.

Esse egresso reunirá elementos estratégicos vinculados à educação profissional e tecnológica, de forma a atuar no exercício do magistério, em consonância com a sua área de formação, bem como em outras áreas que apresentem conexões com esse fazer educacional, como aquelas relacionadas à gestão e à administração e, de modo mais específico, no que se refere à sua imersão em contextos destinados às tecnologias educacionais e, mais especificamente, os relativos aos objetos de aprendizagem.

O curso destina-se a atender profissionais que buscam uma formação continuada na área da EPT e objetiva discutir bases teórico-metodológicas que oportunizem o exercício do trabalho docente nessa área, com mais propriedade, notadamente, no exercício do magistério.

O profissional especialista em EPT será capaz de articular ensino, pesquisa e extensão com enfoque na reflexão acerca de sua prática docente; produção do conhecimento na EPT; construção de saberes essenciais para a prática pedagógica. Ao concluir o curso, o egresso será um especialista em EPT capaz de atuar em instituições que oferecem esta modalidade de ensino, fundamentado na aquisição de um perfil dirigido ao exercício do magistério, considerando os componentes curriculares do curso, de forma correlata à sua formação acadêmica.

A articulação do ensino e da pesquisa, bem como da teoria e da prática docente, mediante imersão em tecnologias educacionais como instrumentos destinados a potencializar processos de ensino e de aprendizagem significativa, parte de uma metodologia de aprendizagem baseada em projetos que se constituem como elementos fundantes e estruturantes para que o egresso desenvolva projetos relativos ao exercício de uma prática docente, orientado pela busca de uma formação dirigida a alunos da educação profissional e tecnológica, generalista, humanista, crítica, reflexiva.

3.4 Público alvo

O curso tem como foco principal os trabalhadores da educação profissional, sejam docentes, pedagogos e outros cargos técnicos administrativos. Destinada aos profissionais graduados, licenciados ou não da rede pública estadual de Santa Catarina, da rede privada e do Sistema S que atuam na EPT e, de modo especial aos trabalhadores dos Institutos Federais. É de conhecimento público que a atual expansão da EPT ofertada pela Rede Federal em diversas modalidades, desde a formação inicial de trabalhadores até cursos *Stricto Sensu*, demanda uma formação de professores com vistas a garantir tanto a oferta como a qualidade desse fazer educacional.

Além deste foco da oferta, adicionalmente, a proposta busca atender demais profissionais graduados interessados na temática proposta mas que ainda não possuem vínculo direto com instituições de ensino.

3.5 Ingresso no curso

O acesso ao Curso de Especialização em EPT será realizado mediante inscrição

em Processo Seletivo específico a ser gerido pela DEING, a partir da publicação de Edital público para esse fim, com vistas a selecionar candidatos a compor uma turma anual.

O edital estabelecerá e publicizará os dispositivos necessários para selecionar os inscritos, mediante ampla divulgação.

O processo seletivo será desenvolvido por uma equipe multidisciplinar de profissionais da educação do *Campus* Florianópolis que atuam no curso de especialização em EPT, a ser constituída pelo coordenador do curso e por professores vinculados a esse curso, no intuito de planejar os mecanismos administrativos necessários a organizar o processo seletivo e seus desdobramentos internos na instituição.

3.6 Desligamento do discente

O Curso tem um regulamento próprio no qual estão redigidos os critérios para possível desligamento do discente do curso.

4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

4.1 Metodologia

4.1.1 - DIMENSÃO: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização curricular do Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica está concebida a partir do perfil profissional do egresso, compreendendo este como um sujeito social e reflexivo do seu tempo, contudo ciente do processo histórico que materializou essa modalidade de educação no Brasil como uma dualidade educacional e convicto de que o seu fazer educacional contribui para a construção da sua vivência e dos demais membros da sociedade em que vive, a qual está cindida em classes e na qual se desenvolve uma disputa contínua pelo poder, assim como contribui continuamente para a sua formação e para a formação dos educandos sob a sua responsabilidade, bem como para o atendimento de uma certa intencionalidade posta, geralmente, decorrente da manifestação de forças políticas.

Nesse sentido, percebe-se que o currículo para a especialização de professores em EPT, não deve ser um conjunto de saberes ou dos conteúdos, constituído simplesmente como uma agregação de um conjunto de disciplinas, mas ordenado, organizado e articulado segundo finalidades que se propõe alcançar. Por essa razão, realizaram-se estudos e pesquisas sobre os conteúdos do processo de ensino-aprendizagem da tecnologia e sobre a organização destes conteúdos, tomando-se em conta a sua especificidade e o perfil do profissional que se deseja alcançar.

A partir dessa visão, concebe-se o Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica organizado por Módulos (Eixos Temáticos) articulados entre si, conforme apresentado na Figura 2.

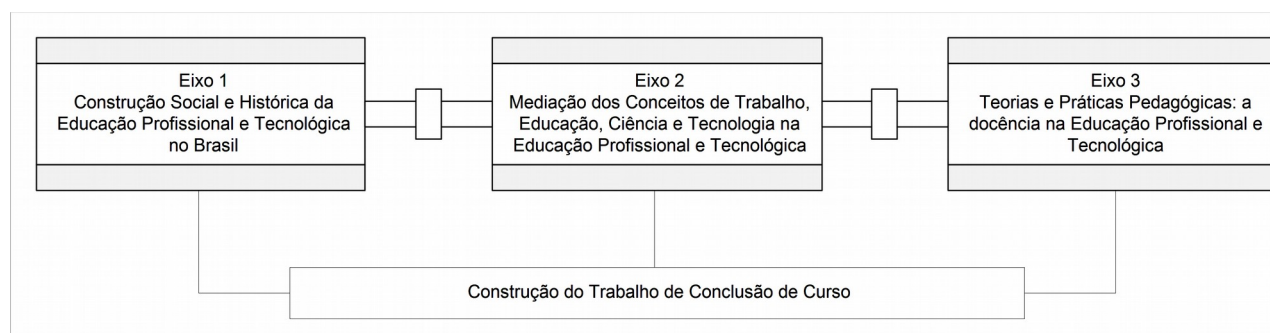


Figura 2: Organização didático-pedagógica do Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica

Nesse sentido, estão presentes categorias, como: sujeito social, porque o profissional docente ao educar se educa e contribui para outra condição social mediante uma interferência pensada; instituição educacional, concebida e modelada a partir de um processo histórico e instituída pela ação de governos com a chancela dos demais segmentos sociais; ensino profissional, visto como uma dualidade educacional que busca servir a interesses; aprendizagem, processo a ser realizado segundo uma intencionalidade prospectada; recurso, compreendido como instrumentos destinados a configurar o ambiente educacional e manter o aluno engajado; e planejamento, forma instrumental estruturada para atingir objetivos previamente definidos.

4.1.2 - DIMENSÃO: ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Avalia-se que a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, está posta como uma política do Estado brasileiro para as instituições educacionais que trabalham a educação em seus vários níveis e modalidades. No mundo acadêmico, é vista como uma construção a ser viabilizada a partir da integração dessas três dimensões, segundo uma perspectiva/princípio de indissociabilidade.

É perceptível que essa construção, a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, tem um papel significativo para a instituição educacional e segmentos da sociedade, em face de que a mesma possibilita chancelar, na sociedade, o seu projeto acadêmico. Dessa forma a instituição educacional disporá de um referencial teórico e político para orientar sua prática social.

Este projeto, na forma de oferta de Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica, está posto na construção de uma relação entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo com a realidade das instituições de ensino vinculadas a EPT.

O projeto, por conseguinte, deve ser instituído articulado a uma determinada realidade. Faz-se necessário integrar as atividades de pesquisa e extensão, na premissa de se apreender uma determinada realidade a qual o projeto repercute e, a partir de seus resultados, realimentar o processo, como um todo, objetivando-se construir uma organicidade entre ensino-pesquisa-extensão.

4.1.3 - CONTEÚDOS CURRICULARES

Os conteúdos do curso foram definidos a partir do perfil do egresso e tendo em vista a ação docente superando aspectos relativos à fragilização de processos de ensino e de aprendizagem, como é o caso a disciplinaridade, estando esses explicitados, em termos de estrutura curricular, organizado em três grandes Módulos:

O primeiro módulo, entendido como o Módulo 1 e nominado segundo: **“Construção Social e Histórica da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil”**, caracteriza-se como um eixo que expressa o desenvolvimento de conhecimentos que contemplam a História da institucionalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil dentro de um quadro histórico da dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro e as respostas dadas pelo Estado e pela sociedade em diferentes tempos. Nesta chave, e tendo por base a experiência de pesquisa dos docentes que comporão o programa, o módulo expressa a História da EPT e as políticas públicas adotadas para esta modalidade no Brasil em suas múltiplas abordagens, dialogando com diferentes campos do saber.

Observando o objetivo do curso, evidencia-se o percurso histórico do trabalho docente. Para tanto, esse módulo foi estruturado a partir das seguintes abordagens:

a) Temas Específicos: Formação da Sociedade Brasileira; História e Historiografia da

EPT; e Epistemologia e Pesquisa em Educação; e
 b) Temas Transversais: Formação Docente na EPT.

O Módulo 2, nominado: **“Mediação dos Conceitos de Trabalho, Educação, Ciência e Tecnologia na Educação Profissional e Tecnológica”**, contextualiza-se como um módulo que oportuniza discussões pertinentes às principais matrizes teóricas que aborda as conexões entre as categorias “Trabalho e Educação”, “Ciência e Tecnologia”, bem como abordagens de Ciência Tecnologia e Sociedade (CTS) numa perspectiva crítica. Essas abordagens epistemológicas oportunizam a apreensão da educação num contexto de relações de disputas, notadamente as advindas dos interesses imediatos do mercado, assim como de pessoas e grupos que intentam contribuir para a emancipação humana pela construção de outro projeto societário. As reflexões sobre Ciência e Tecnologia incorporam-se neste eixo por se entender que a materialização dos conhecimentos científicos e tecnológicos nos processos produtivos é uma variável fundamental para pensar as conexões entre as categorias “Trabalho e Educação”.

Neste módulo, serão desenvolvidas as seguintes abordagens:

- a) Temas Específicos: O “Trabalho” como categoria teórica; Politecnicidade, interdisciplinaridade e a formação omnilateral do homem em Marx e demais autores de vertente marxista; Teoria do Capital humano: a perspectiva liberal de formação do homem; História e filosofia da ciência e da tecnologia; A ciência e tecnologia como forças produtivas na sociabilidade do capital; e Movimento CTS: história e princípios; e
- b) Temas Transversais: A disputa pela educação escolar e os projetos que a disputam para fortalecer a ordem sociometabólica do capital ou por sua superação; Ciência e Tecnologia na mediação entre o mundo do trabalho e a escola; e Reconhecimento de saberes e competências adquiridas no mundo do trabalho: possibilidades e limites. Encaixam-se também neste eixo as reflexões acerca da salvaguarda e manutenção dos direitos humanos sob o ponto de vista das condições dignas de acesso à educação e respeito no contexto do mundo do trabalho independentemente de cor/raça, sexo, gênero, deficiência, nacionalidade. As bases éticas do respeito no mundo do trabalho serão debatidas em continuidade. Finalmente, questões ligadas à educação ambiental devem ser tratadas em algumas disciplinas, suscitadas pela preocupação ética em relação à equação entre o desenvolvimento tecnológico e a sustentabilidade ecológica.

O Módulo 3: **“Teorias e Práticas Pedagógicas: a docência na Educação Profissional e Tecnológica”**, tem por proposta formativa o reconhecimento de que a ação docente consiste num campo de saber específico e propõe uma formação do aluno que contemple o conhecimento e o aprofundamento de aspectos teórico-metodológicos para uma prática pedagógica dialógica, crítica e emancipadora, voltada para a formação integral dos alunos. Nesse sentido, esse módulo possibilitará uma articulação do conhecimento da sua área de formação com saberes da atividade docente e suas especificidades, bem como proporcionará a reflexão sobre a imersão de tecnologias educacionais em suas atividades didático-pedagógicas. Pretende contextualizar e problematizar o exercício da docência na educação profissional, tendo como foco do seu trabalho pedagógico nos processos de ensino e de aprendizagem destinados à formação intelectual dos alunos.

A partir dessa visão, avalia-se pertinente desenvolver as seguintes abordagens:

- a) Temas Específicos: Planejamento do Ensino; Teorias da aprendizagem; Teorias e práticas pedagógicas; e Transposição didática; e
- b) Temas Transversais: Metodologia de Aprendizagem Baseadas em Projetos; e

4.1.4 - METODOLOGIA

O perfil profissional proposto neste projeto de curso sinaliza para a necessidade de uma prática pedagógica que supere o individualismo e seja pensada e planejada coletivamente. Para isso, precisa-se ir além de uma concepção meramente disciplinar ou multidisciplinar, e sinalizar a necessidade da construção de projetos interdisciplinares.

O trabalho pedagógico dos professores que ministrarão os módulos contribuirá para que os alunos do curso possam construir seu TC desde o início. Nesse sentido, procurarão selecionar recortes de conhecimentos que sejam significativos e convirjam para esse fim. Entende-se que esses recortes de conhecimentos a serem elaborados pelo coletivo de professores responsáveis pelo curso devem retroagir na historicidade da materialização da dualidade da educação profissional brasileira, integrando as diversas categorias para que se possa trazer para o ambiente de sala de aula uma discussão que evidencie um movimento de construção histórico, de forma a se compreender a sua gênese.

Essa ação docente possibilitará aos alunos do curso refletirem sobre a sua prática profissional no exercício da docência, e delinear as linhas iniciais de um TC, que será precisado e reelaborado no transcorrer das atividades desenvolvidas ao longo do curso, num movimento contínuo de reflexão sobre a sua própria prática pedagógica. Vislumbra-se que esse trabalho seja construído no transcorrer da discussão epistemológica, em face de propiciar a elaboração de reflexões mais precisas, a construção de uma junção entre conhecimento e prática, e a diluição de uma orientação mais plural sobre o seu desenvolvimento.

Avalia-se que essa visão sobre processo descrito explicita as linhas da concepção metodológica a ser empregada pelos professores no transcorrer do curso, bem como define a sua prática pedagógica. No que se refere à interdisciplinaridade, considera-se apropriado argumentar que essa não se consuma como um fazer educacional, porque não é metodologia, ou mesmo uma prática docente, mas sim um contexto decorrente de uma prática docente suportada numa determinada metodologia que nega a fragmentação do conhecimento, busca a construção de uma contextualização abrangente e possibilita aos alunos elaborar conexões e construir linhas de raciocínio que superem uma discussão conceitual do conhecimento pelo conhecimento.

Como pode ser observado, nessa primeira parte se desenvolveu argumentação a partir do perfil do egresso e da organização curricular do curso, de forma a explicitar como se constitui a prática pedagógica a ser desenvolvida no curso, levando-se em conta as categorias de conhecimento apontadas e necessárias a um exercício da profissão docência pelo egresso. Considera-se, todavia, necessário refletir sobre o contexto educacional ao qual o egresso do curso surge e está geralmente submetido, de forma a planejar linhas gerais e necessárias para a definição dessa prática pedagógica, para além de uma atividade programada e dirigida.

A educação profissional está frequentemente pressionado pelos avanços científicos e tecnológicos, pela necessidade incessante de inovação tecnológica, que exigem do educador maior capacidade de inserir seus alunos num meio que os possibilite desenvolver sua capacidade de reflexão crítica. Dessa forma, as tecnologias educacionais se caracterizam como recursos estratégicos e indispensáveis para a configuração da prática pedagógica, em face de propiciarem visibilidade e materialidade à discussão conceitual, tornando visível o que está subjacente no e ao processo, cuja

ausência proporcionaria uma maior cegueira na amplitude de abstração referida ao conhecimento.

O desenvolvimento pedagógico metodológico do curso se dará por meio de trabalho interdisciplinar envolvendo todos os docentes de modo a facilitar melhor compreensão do contexto sócio econômico e científico. Essa articulação da equipe de professores se dará tanto no planejamento bem como na execução do trabalho pedagógico propiciando ambiente acadêmico mais plural, dialógico no qual os educandos possam compartilhar seus conhecimentos tácitos.

Avalia-se que uma prática educacional formalizada a partir da articulação docente voltada à construção de um projeto, o TC que reúne condições a que se institua, em sala de aula, um diálogo mais efetivo no desenvolvimento do ato educativo, na premissa de efetivar uma prática interdisciplinar, em um ambiente de trabalho colaborativo. Além disto, insere os alunos numa situação que lhes possibilita compreender a sua identidade e a natureza do seu trabalho colocando-os, assim, em uma situação voltada a construir uma postura profissional de professor pesquisador.

4.1.5 - ATENDIMENTO AO DISCENTE

Regulamento Didático Pedagógico (RDP) preconiza que os alunos regularmente matriculados no Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica disporão de um atendimento extraclasse, em horário a ser previamente acordado entre professores do curso de especialização e os seus alunos, com a “finalidade de garantir o aproveitamento dos alunos com dificuldades”.

É oportuno destacar que esses horários de atendimento aos alunos do Curso de Especialização, a serem futuramente definidos e acordados entre os mesmos, ocorrerão nas dependências físicas do Campus Florianópolis, sob a supervisão do seu coordenador e com o apoio, caso seja necessário, de profissionais da educação vinculados à Coordenadoria Pedagógica do *Campus* Florianópolis.

4.1.6 - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O Câmpus Florianópolis contribui na implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudantes com necessidades específicas. Por meio da Direção de Ensino (DIREN) realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e outros atendimentos, sendo estes ofertados pela Coordenadoria de Inclusão em articulação com a Coordenadoria Pedagógica, Setor de Saúde e demais Coordenações de Curso. Quanto a inclusão e a acessibilidade temos como determinação o previsto nas leis 7.853/19891, 10.098/2000 e 10.048/2000 que são complementadas pelo Decreto 3.298/1999 pela Lei 10.436/2002, pelo Decreto 5.626/2005 e pela NBR 9050. São considerados estudantes com necessidades específicas as pessoas com deficiência (PCD´s) e com transtornos diversos. Pessoas com deficiência (PCD´s) são pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, que possuem limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades e que se enquadram nas seguintes categorias: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental, deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências. Pessoas com transtornos diversos seriam as com altas habilidades/superdotação, dislexia, discalculia, disgrafia e distúrbios psiquiátricos/psicológicos. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso

ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. Outro elemento do Atendimento Educacional Especializado é a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida por meio da supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Fluxo e Etapas do Atendimento Educacional Especializado (AEE): Notificação na Matrícula. Primeiro contato com o(a) aluno(a), pais ou responsáveis: Neste contato conhecemos o aluno, reconhecemos a deficiência e verificamos possíveis adaptações. Para a continuidade do Atendimento Educacional Especializado realizamos algumas reuniões com o Coordenador do curso, Coordenação Pedagógica, professores e demais setores envolvidos para planejar e construir o plano de AEE e os recursos pedagógicos e de acessibilidade necessários ao estudante. Plano AEE: Identificação das necessidades educacionais específicas do estudante; Definição de recursos necessários; Atividades a serem desenvolvidas; Ao longo do semestre e do curso monitoramos a situação e verificamos novas necessidades em conjunto com a coordenação pedagógicas, professores e coordenadores de curso.

4.2 Matriz Curricular

Unidade Curricular		Carga Horária
	Módulo 1: Construção Social e Histórica da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	120hs
01	Formação da Sociedade Brasileira	30
02	História e Historiografia da EPT	30
03	Políticas Públicas de EPT no Brasil	30
04	Metodologia de Pesquisa em Educação	30
	Módulo 2: Mediação dos Conceitos de Trabalho, Educação, Ciência e Tecnologia para a Educação Profissional e Tecnológica	120hs
05	Trabalho, Educação e Sociedade	40
06	Historia e Filosofia da Ciência e da Tecnologia	40
07	Movimento CTS e EPT	20
08	Ética e Direitos Humanos	20
	Módulo 3: Teorias e Práticas Pedagógicas: a docência na Educação Profissional e Tecnológica	120hs
09	Teorias Educacionais e Curriculares	40
10	Processos de Ensino e aprendizagem na EPT	40
11	Tecnologias Educacionais e práticas Pedagógicas na EPT	40
Total		360

4.3 Componentes curriculares

Unidade Curricular: Formação da Sociedade Brasileira	CH: 30
---	---------------

<p>Objetivos: Compreender a formação da sociedade brasileira através da leitura de clássicos sobre o desenvolvimento econômico e social do Brasil.</p>
<p>Conteúdos: O processo de colonização. As dualidades da Economia Brasileira. A formação territorial, regional e urbana do Brasil. Desenvolvimento tecnológico e suas implicações na sociedade.</p>
<p>Bibliografia básica: SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da USP, 2002. RANGEL, Ignácio. Dualidade e ciclo longo. 1987. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12621/11782>. Acesso em: 08 fev. 2018.</p>
<p>Bibliografia complementar: MÉSZÁROS, István. A educação para além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2009. PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. HOLANDA, Sérgio B. de. Raízes do Brasil. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.</p>

Unidade Curricular: História e Historiografia da EPT	CH: 30
<p>Objetivos: Desenvolver reflexões historiográficas da EPT no Brasil, buscando analisar e compreender a sua constituição sócio histórica em espaços e temporalidades diferenciadas. Promover uma reflexão sobre os principais temas e questões relacionados à história da educação profissional e tecnológica no Brasil, em diferentes temporalidades, destacando as mudanças e permanências, as continuidades e descontinuidades que ocorrem na realidade educacional.</p>	
<p>Conteúdos: Tendências historiográficas. Historiografia da EPT; O ensino de ofícios no Brasil Escravocrata; Educação e Trabalho no Brasil Colônia; Educação no Império: ensino primário, secundário, superior e profissional – as origens da delimitação educacional brasileira; A Educação e o advento da República: o surgimento dos Grupos Escolares, o incremento.</p>	

Bibliografia Básica:

BATISTA, Erado L.; MULLER, Meire T. (Org.) **A educação profissional no Brasil**. Campinas: Alínea, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Livraria UNESP, 2000.

Bibliografia Complementar:

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

FONSECA, Celso S. da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Senai, 1986. (5 volumes).

MANFREDI, Silvia. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

Unidade Curricular: Políticas Públicas de EPT no Brasil**CH: 30****Objetivos:**

Compreender a EPT como objeto de políticas públicas do Estado;
Identificar os principais atores sociais que constroem às políticas públicas de educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil;
Identificar as principais conexões entre a política públicas de EPT com outras políticas públicas do Estado Brasileiro, particularmente aquelas relativas à educação básica, às políticas industriais e aos sistemas de emprego e renda;
Analisar as políticas públicas de EPT no contexto da legislação educacional brasileira;
Apropriar-se dos estudos comparativos entre países quanto a organização dos seus sistemas de ensino de EPT.

Conteúdos:

Estado e Sociedade: construção dos espaços sociais de formulação da política pública e a consolidação do marco legal da EPT no Brasil;
Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como espaço de negociação entre atores sociais diversos e desiguais;
Os atores sociais que constroem a política pública de EPT;
A interface da política pública de EPT com outras políticas públicas do Estado brasileiro;
Arranjos institucionais em EPT no Brasil entre programas, órgãos públicos e entes federativos;
Estudos comparativos entre países: metodologias e estudos de caso.

Bibliografia básica:

FERRETTI, Celso João. Empresários, trabalhadores e educadores: diferentes olhares sobre as relações de trabalho e educação no Brasil nos anos recentes. In: LOMBARDI, José C., et al. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas/SP: Autores Associados/HISTEDBR, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marisa. A política de educação profissional do governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educ. Soc.**, v. 26, n. 92, p. 1.087–1.113, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300017>. Acesso em: 08 fev. 2018.

Bibliografia complementar:

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

CASTIONI, Remi. Avaliação de políticas públicas: modelos e usos da avaliação de

impacto em programas de formação profissional. **Anais...** VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. Belo Horizonte: ABET/Universidade Federal de Minas Gerais, 1999. v. 2. p. 881-904. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/citations?user=0NR1GTkAAAAJ&hl=pt-BR>>. Acesso em: 08 fev. 2018.
FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania negada**. São Paulo: Cortez, 2002.

Unidade Curricular: Metodologia de Pesquisa em Educação	CH: 30
<p>Objetivos: Propiciar ao aluno o entendimento das técnicas e métodos de pesquisa em educação; Empregar os elementos de prática de pesquisa na investigação; Compreender o sentido da pesquisa em educação; Elaborar e apresentar projeto de pesquisa.</p>	
<p>Conteúdos: O que é pesquisa, o que é metodologia, o que são técnicas? Métodos e técnicas de pesquisa: tipos de pesquisa e técnicas de investigação científica; A discussão qualitativo x quantitativo nas pesquisas; Diferentes formas de perceber a realidade social; Etapas da pesquisa; Elaboração de seu projeto de pesquisa; Os níveis de pesquisa: exploratória, Descritiva, Explicativa; Redação do Projeto de Pesquisa e relatório de pesquisa.</p>	
<p>Bibliografia básica: MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2013. DESLANDES, Suely F. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.</p>	
<p>Bibliografia complementar: ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2008. MEKSENAS, Paulo. Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002. TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2010.</p>	

Unidade Curricular: Trabalho, Educação e Sociedade	CH: 40
<p>Objetivos: Compreender a sociedade e o papel social da educação; Analisar o modo capitalista de produção e as demandas apresentadas ao campo da educação; Pensar possibilidades de a educação contribuir no processo de emancipação humana.</p>	
<p>Conteúdos: O homem, a educação e as relações sociais; O Trabalho como categoria teórica; Politecnicidade, interdisciplinaridade e a formação omnilateral do homem em Marx e demais autores de vertente marxista; Teoria do Capital humano: a perspectiva liberal de formação do homem.</p>	

Bibliografia básica:

MARX, Karl. **O Capital**: volume I: tomo I e II. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.
 MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

Bibliografia complementar:

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania negada**. São Paulo: Cortez, 2002.
 SAVIANI, D. O Trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias. In:
 FERRETTI, Celso J., et al. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2013.
 FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise no trabalho**: perspectivas de final de século. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Unidade Curricular: História e Filosofia da Ciência e Implicações para o Ensino	CH: 40h
--	----------------

Objetivos:

Problematizar visões equivocadas de ciência presentes no ensino de ciências;
 Destacar as limitações da visão empírico-indutivista da ciência;
 Reconhecer obstáculos didáticos decorrentes das imagens equivocadas da ciência: paralelos entre concepções de ciência e concepções de educação;
 Reconhecer e examinar as incontornáveis implicações políticas da atividade científica e da tecnologia moderna.
 Reconhecer o papel da história e filosofia da ciência na formação científica.

Conteúdos:

Visões equivocadas de ciência e o ensino de ciências;
 Epistemologia empírico-indutivista;
 Método falsificacionista e crítica ao indutivismo;
 Rupturas e revoluções científicas: um papel para a história;
 Epistemologia dos programas de pesquisa;
 Contra o método: epistemologia anarquista;
 Cientificismo;
 Ciência, tecnologia e poder.
 Educação e emancipação.

Bibliografia básica:

CHALMERS, Alan. F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
 MATOS, Olgária C. F. **A escola de Frankfurt**: luzes e sombras do iluminismo. São Paulo: Moderna, 1993.

Bibliografia complementar:

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
 FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: Unesp, 2011.
 ROUANET, Sérgio Paulo. **Teoria crítica e psicanálise**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2001.

Unidade Curricular: Movimento CTS e EPT	CH: 20
--	---------------

<p>Objetivos: Identificar e discutir temas da Filosofia da Tecnologia. Conhecer Princípios do Movimento CTS; Reconhecer a Ciência e Tecnologia na mediação entre o mundo do trabalho e a escola. Aplicar os princípios do Movimento CTS na aprendizagem profissional e tecnológica.</p>
<p>Conteúdos: Histórias de docência da educação profissional e tecnológica, e as aproximações da teoria de conhecimento de Paulo Freire das abordagens CTS. Cidadania e educação ambiental: abordagens CTS para a cultura da prevenção. Neutralidade da Técnica, Conceito de Tecnologia, Tecnologia e Conhecimento, Tecnologias Sociais, Perspectiva Emancipatória da Tecnologia.</p>
<p>Bibliografia básica BAZZO, Walter A., et al. Introdução aos estudos CTS: ciência, tecnologia e sociedade. Organização dos Estados Ibero-americanos. 2003. Disponível em: <http://www.oei.es/historico/salactsi/introducaoestudoscts.php>. Acesso em: 05 mar. 2018. DAGNINO, Renato. Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.</p> <p>Bibliografia complementar: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. FEYERABEND, Paul. Contra o método. São Paulo: Unesp, 2011. MARCUSE, Herbert. Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.</p>

Unidade Curricular: Ética e Direitos Humanos	CH: 20
<p>Objetivos: Compreender os conceitos básicos que envolvem a temática dos direitos humanos; Compreender o campo específico das reflexões éticas; Elaborar argumentos minimamente válidos para colaborar nas discussões de questões éticas contemporâneas: sexismo, homo/lesbo/transfobia, racismo, xenofobia, capacitismo; Compreender a implicação das questões éticas debatidas em sala de aula no mundo do trabalho.</p>	
<p>Conteúdos: Conceitos básicos de ética e os filósofos que os desenvolveram; Questões cruciais acerca da defesa dos direitos humanos e dos direitos fundamentais; Elementos fundantes e agregadores que constroem pontes entre os debates éticos e os debates sobre a defesa dos direitos humanos. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.</p>	
<p>Bibliografia Básica: COMPARATO, Fábio K. Afirmção histórica dos direitos humanos. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2016.</p>	

Bibliografia Complementar:

CHANTER, Tina. **Gênero: conceitos-chave** em Filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2011.
 DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
 MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para a compreensão do racismo na história**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/233604596/Racismo-e-Sociedade-Carlos-moore-2009>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

Unidade Curricular: Teorias Educacionais e Curriculares	CH: 40
<p>Objetivos: Diferenciar e analisar as diferentes concepções pedagógicas dos processos de construção do conhecimento e da aprendizagem, tomando como referencial o contexto sócio-político, cultural e educacional brasileiro atual; Promover a problematização da escola, do currículo e do exercício da docência como práticas marcadas pela multiplicidade, diferença e heterogeneidade culturais; Compreender como se desenvolvem práticas pedagógicas produzidas historicamente na educação brasileira, indicando limites e possibilidades na ação educativa. Identificar limites e desafios curriculares no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, em suas diversas modalidades.</p>	
<p>Conteúdos: Ser professor na EPT: limites e possibilidades; Abordagens educacionais; Concepção de currículo; O currículo na EPT.</p>	
<p>Bibliografia básica: SILVA, Tomaz T. Documentos de identidade: uma introdução à teoria do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2010</p> <p>Bibliografia complementar: SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2013. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2015. RAMOS, Marise. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? São Paulo, Cortez, 2006.</p>	

Unidade Curricular: Processos de Ensino e aprendizagem na EPT	CH: 40
<p>Objetivos: Projetar, simular e desenvolver uma prática pedagógica construída na relação teoria e prática que reflita e demonstre o uso de tecnologias educacionais mais especificamente objetos de aprendizagem, mediante a articulação de áreas de conhecimento necessárias ao exercício da docência.</p>	
<p>Conteúdos:</p>	

Processos de Aprendizagem Concepções Filosóficas em EDUCAÇÃO
 Articulação entre sociedade e a política no processo de concepção da aprendizagem escolar
 Metodologias de ensino
 Cenário político atual e educação em contexto
 Didática e Metodologia de Ensino
 Metodologias de ensino: quais as possibilidades e limitações
 Sujeitos da EPT
 Transposição Didática
 Seleção de conteúdos
 Projeto político pedagógico: como se organiza, o que contém
 Quem de fato são os sujeitos da EPT
 AVALIAÇÃO e análise de processos

Bibliografia básica:

LIBÂNEO, José C. **Didática**. Editora Cortez, 1994

SANTOS, Jurandir. **Educação profissional e práticas de avaliação**. São Paulo: Editora SENAC SP, 2010.

Bibliografia complementar:

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, Edmea. **Currículos**: teorias e práticas. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

Unidade Curricular: Tecnologias Educacionais e práticas Pedagógicas na EPT **CH: 40**

Objetivos:

Diferenciar e conceituar as diferentes concepções relativas às tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e sua integração no processo de ensino e aprendizagem;
 Compreender como se desenvolve a integração das tecnologias na prática docente: potencialidades e desafios;
 Conceituar um Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVA) e perceber as potencialidades de seu uso na prática docente da EPT;
 Conhecer e utilizar processos para o desenvolvimento de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA) – em nosso caso, o Moodle;
 Estimular e proporcionar espaço para a produção de atividades pedagógicas alicerçadas nas TICs.

Conteúdos:

As TICs no processo de ensino e aprendizagem;
 Formação docente para o uso das TICs: potencialidades e desafios;
 Integração das tecnologias na prática docente: limites e possibilidades;
 Ações alternativas à aula expositiva e tradicional;
 Desenvolvimento e aplicação de um AVEA;
 As TICs na EPT

Bibliografia básica:

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2011.

MORAN, José M.; MASSETTO, Marcos T.; BEHRENS Marilda A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP. Papirus, 2000.

Bibliografia complementar:

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: ED. 34, 1999.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BORBA, Marcelo de C.; PENTEADO, Miriam G. **Informática e educação matemática**. São Paulo: Autêntica Editora, 2007.

4.4 Atividades complementares

Durante a realização do curso de pós-graduação em EPT estão previstas uma série de atividades complementares, algumas de caráter obrigatório e outras optativas e compreende atividades tais como:

Seminários de pesquisa para partilha de conhecimentos e entre ajuda;

Seções coletivas de discussão do projeto de pesquisa;

Atividades periódicas de orientação;

Participação em eventos técnicos e científicos dentro e fora do Campus;

Apresentação ou defesa de trabalhos científicos em eventos públicos;

Convite para participar dos grupos de pesquisa oferecidos pelos professores do curso;

Realização de eventos, tais como mesas redondas e palestras abertos ao público e que estimule a compreensão crítica da EPT.

4.5 Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem

A avaliação dos alunos, regularmente matriculados no Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica, dar-se-á de acordo com o prescrito no Regulamento Didático Pedagógico do IFSC (RDP) com vistas a avaliar as competências apontadas neste projeto e desenvolvidas pelos mesmos, no transcorrer das atividades acadêmicas planejadas e desenvolvidas. A avaliação compreenderá um conjunto de ações desenvolvidas de forma sistemática, processual, integral, primando pelo caráter diagnóstico e formativo do educando. Para o desenvolvimento de uma formação humana e emancipatória é de vital necessidade a concretização de avaliações acolhedoras, processuais e verdadeiramente formativas.

Considera-se oportuno, ainda, esclarecer que a avaliação dos alunos será de forma contínua, na premissa de verificar-se o desempenho destes em relação às atividades acadêmicas, considerando conhecimentos apreendidos e utilizados, habilidades desenvolvidas e atitudes evidenciadas, no que se refere a sua imersão e interação com o corpo de professores do curso, os quais, em conjunto, emitirão um parecer avaliativo e global sobre cada um.

4.6 Trabalho de Conclusão de Curso

A Resolução nº 105/2011 do Colegiado de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) estabelece a sigla TC para designar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O TC é um espaço acadêmico-temporal destinado a que o aluno disponha da oportunidade de explicitar a sua capacidade de conceber e realizar um projeto acadêmico, a partir do qual uma banca de profissionais da educação possa avaliar se este detém a capacidade de integrar conhecimentos desenvolvidos durante as atividades de ensino e de aprendizagem trabalhadas nos Módulos:

Módulo 1: Construção Social e Histórica da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil; Módulo 2: Mediação dos Conceitos de Trabalho, Educação, Ciência e Tecnologia para a Educação Profissional e Tecnológica; e Módulo 3: Teorias e Práticas Pedagógicas: a docência na Educação Profissional e Tecnológica com vista a uma prática docente voltada para a formação intelectual do educando.

Na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TC), caracterizado nesse projeto preferencialmente como uma monografia, podendo também ser um artigo técnico científico. Entende-se necessário que o aluno deixe evidenciada sua capacidade de refletir, reunir e redigir um texto monográfico que expresse os saberes historicamente acumulados, bem como os trabalhados durante o curso, mediante os recortes necessários a esse fim. Nesse sentido, o Trabalho de Conclusão de Curso deve expressar a elaboração de uma contribuição para a EPT. No caso de artigo, exigir-se-á que após passar pela banca, o artigo seja submetido a uma revista científica para obtenção do diploma.

O TC será orientado por um dos professores integrantes do curso. Pode-se adotar a prática da co-orientação quando se julgar necessário. Para o TC será contabilizado um total de 80 horas, para que alunos possam realizar, redigir e apresentar publicamente a pesquisa. Nesse projeto acadêmico, a pesquisa é vista como princípio educativo perpassando os três eixos, aprofundando as temáticas sobre concepções de educação profissional, a relação do trabalho docente com ciência e tecnologia e, por último, o planejamento das atividades de ensino e de aprendizagem.

O Trabalho de Conclusão de Curso deve contribuir para superar o modelo de ensino instrumental muito presente na educação profissional, e projetar o seu fazer educacional numa perspectiva crítica. Dessa forma, o aluno deverá abordar problemas concretos de sala de aula conectados com uma determinada realidade político-social, com vistas à construção de processos de ensino e de aprendizagem destinados a abordar conhecimentos científicos e tecnológicos que propiciem essa formação.

Considera-se que o prazo máximo para a realização, apresentação e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso será o tempo total do curso previsto para 18 meses, pois no transcorrer do curso o aluno deverá trabalhar seu planejamento. Durante o prazo destinado à conclusão da carga horária obrigatória, o aluno deverá planejar e desenvolver o seu Trabalho de Conclusão de Curso, que deverá ser redigido de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Encerrada a etapa das 360 horas, um período de nove meses, o aluno terá um prazo de mais nove meses para concluir a execução do projeto, elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso e submeter os seus resultados a uma banca a ser constituída por três profissionais da educação, conforme anteriormente citado com vistas à obtenção do Título de Especialista em Educação Profissional e Tecnológica, perfazendo um total de 18 meses de duração do curso.

Conforme disposto na Resolução 06/2012 do CNE, TÍTULO IV que trata da FORMAÇÃO DOCENTE, em seu Art. 40, § 2º, inciso I, o Lato Sensu pode ser, excepcionalmente, uma forma de qualificar os docentes para a EPT e também reza acerca do trabalho de conclusão do curso, conforme segue: “Excepcionalmente, na forma de pós-graduação lato sensu, de caráter pedagógico, sendo o trabalho de conclusão de curso, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente”.

4.7 Atividades de Tutoria (para cursos EAD)

Não se aplica a este curso.

4.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente

Aplicam-se os mesmos critérios do RDP para validação de UCs de cursos de graduação. O coordenador do curso analisará o requerimento e processará consulta aos professores de áreas específicas sobre a pertinência da validação. A referida avaliação da equivalência será feita por uma comissão designada pelo Coordenador de Curso, contendo no mínimo dois docentes incluindo o(s) docente(s) do curso responsável(is) pelo(s) componente(s) curricular(es) a ser(em) avaliado(s).

Considera-se aproveitamento de estudos, de acordo com a Resolução CEPE/IFSC Nº 105 de 18 de agosto de 2011 (republicada em 01 de março de 2016), a equivalência de componente(s) curricular(es) já cursado(s) anteriormente pelo discente em outros cursos de nível semelhante, com componente(s) curricular(es) da Estrutura Curricular do Curso. Nesse contexto, entende-se por componente curricular já cursado aquele em que o discente obteve aprovação. É permitido o aproveitamento de estudos de componente(s) cursado(s) em Curso de Pós-Graduação nesta ou em outra(s) IES afim a esta perspectiva de formação.

Além disso, o aproveitamento de estudos aqui tratado somente poderá ser feito quando os componentes tiverem sido cursados nos últimos 10 (dez) anos. Será observado também o que reza o regulamento do curso de EPT relativo ao assunto.

4.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica

Avalia-se que a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, está posta como uma política do Estado brasileiro para as instituições educacionais que trabalham a educação em seus vários níveis e modalidades. No mundo acadêmico, é vista como uma construção a ser viabilizada a partir da integração dessas três dimensões, segundo uma perspectiva/princípio de indissociabilidade.

Neste sentido, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a produção científica e tecnológica é base da estrutura metodológica do curso, já que o mesmo intenta uma práxis transformadora na articulação entre reflexão e construção de práticas pedagógicas libertadoras na EPT.

É perceptível que a construção da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, tem um papel significativo para a instituição educacional e segmentos da sociedade, em face de que a mesma possibilita cancelar, na sociedade, o seu projeto acadêmico. Dessa forma a instituição educacional disporá de um referencial teórico e político para orientar sua prática social.

A extensão está em nosso horizonte quando o professor em formação constrói suas práticas pedagógicas a partir de sua realidade e os avanços conceituais que se estabelecem durante as aulas e leva uma prática pedagógica ressignificada para a escola em que atua.

Como dito em outra parte, pretende-se organizar um conjunto de eventos de âmbito regional e de cunho acadêmico onde possamos realizar debates e reflexões acerca do fazer pedagógico na EPT, contando ainda com a participação do professorado em formação que poderá apresentar seus trabalhos/pesquisas/práticas pedagógicas no formato de relato de experiências. Os estudantes serão convidados a participar dos grupos de pesquisa organizados pelos professores que atuam no curso.

5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

5.1 Coordenador do Curso

Nome: Eliéser Spereta.

Licenciado em Filosofia, doutor em filosofia. E-Mail: elieser.donizete@ifsc.edu.br. Regime de Trabalho: 40 DE. Currículo Lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4735994A6>

5.2 Corpo Docente

Unidade Curricular	Docente	Titulação		Instituição
		Graduação	Pós-graduação	
Formação da Sociedade Brasileira	Marcio Moreira Teixeira Moreira	Geografia	DOUTOR	DALTEC/IFSC
História e Historiografia da EPT	Rodrigo De Souza Mota	História	DOUTORANDO	DALTEC/IFSC
	Jaqueline Tondato Sentinelo	História	MESTRE	DALTEC/IFSC
Políticas Públicas de EPT no Brasil	Marcos Aurélio Neves	FÍSICA	MESTRE	DALTEC/IFSC
Metodologia de Pesquisa em Educação	Indiamaris Pereira	Pedagogia	MESTRANDA	IFSC/Palhoça
Trabalho, Educação e Sociedade	Marival Coan	Filosofia	DOUTOR	DALTEC/IFSC
Historia e Filosofia da Ciência e da Tecnologia	Eliésere Donizete Spereta	Filosofia	DOUTOR	DALTEC/IFSC
	Ana Carolina Staub Melo	Física	DOUTORA	DALTEC/IFSC
Movimento CTS e EPT	Emerson Pessoa Ferreira	Comunicação e Expressão Visual	DOUTOR	DASS
Ética e Direitos Humanos	Patrícia da Rosa	Filosofia	DOUTORA	DALTEC/IFSC
Teorias Educacionais e Curriculares	Liliane Stelzenberger	Pedagogia	DOUTORA	DALTEC/IFSC
Processos de Ensino e aprendizagem na EPT	Indiamaris Pereira	Pedagogia	MESTRANDA	IFSC/Palhoça
Tecnologias Educacionais e práticas Pedagógicas na EPT	Lisani Geni Wachholz Coan	Matemática	PÓS DOUTORADO	DALTEC/IFSC
	Jorge Paulino Da Silva Filho	Matemática	MESTRE	DALTEC/IFSC
	Andrino Fernandes	Ciências da Computação	MESTRE	DASS

5.3 Colegiado do Curso

As decisões referentes ao Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em nível de especialização, são de competência do seu Colegiado, sendo este sua instância máxima. O colegiado está disciplinado pelo regulamento do curso e é constituído por todos os professores que atuam no curso e pela representação discente. A representação discente é eleita anualmente e composta por 02 titulares e 02 suplentes regularmente matriculados no curso de especialização em EPT.

De acordo com o regulamento, as reuniões do Colegiado serão convocadas pelo

Coordenador em exercício, sempre em caráter ordinário, uma vez por mês, e extraordinariamente, ou mediante solicitação de pelo menos um terço (1/3) de seus membros.

As convocações serão feitas por escrito e enviado por email, com antecedência mínima de 48 horas (quarenta e oito horas) sempre acompanhadas de pauta.

As decisões do Colegiado são tomadas por maioria simples dos membros presentes à reunião.

A ausência, sem justificativa, de membro a 03 (três) sessões consecutivas do Colegiado implicará na aplicação de normas disciplinares de advertência oral e escrita, podendo ocorrer a exclusão do quadro de professores, no caso de docente.

As reuniões do Colegiado serão secretariadas (por professores ou técnicos presentes na reunião), lavrando-se ata correspondente.

A eleição dos membros discentes do colegiado do curso será realizada até 30 (trinta) dias após o início das aulas, respeitado o disposto no Estatuto e no Regimento Geral do IFSC.

São atribuições do Colegiado do Curso:

- a. assessorar o Coordenador em tudo que for necessário para o bom funcionamento do Curso, do ponto de vista didático, científico e administrativo;
- b. propor a indicação ou o descredenciamento de docentes ou orientadores;
- c. aprovar, mediante análise de *curriculum vitae*, os nomes dos professores que integrarão o corpo docente do Curso, bem como dos orientadores e co-orientadores, quando houver;
- d. estabelecer as normas do Curso ou sua alteração, submetendo-as à aprovação das autoridades competentes;
- e. propor modificações no Regulamento, submetendo-as à aprovação da instância competente;
- f. deliberar sobre o planejamento anual de trabalho do curso *lato sensu*/EPT;
- g. apreciar as avaliações anuais do curso *lato sensu*/EPT;
- h. homologar ementas e carga horária dos eixos curriculares;
- i. aprovar a criação, divisão, supressão ou modificação de eixos curriculares a serem oferecidos no Curso, levando em conta o parecer dos professores responsáveis;
- j. estabelecer a distribuição das atividades didáticas do Curso;
- k. deliberar sobre os processos de seleção, admissão e transferência de alunos, aproveitamento e revalidação de créditos obtidos em outros programas de pós-graduação, trancamento de matrícula, readmissão, renovação de matrícula e assuntos correlatos;
- l. analisar recursos interpostos a decisões de docentes, orientadores, bancas examinadoras e coordenação do Curso;
- m. aprovar a composição das bancas examinadoras para qualificação e defesa de trabalho de conclusão de curso;
- n. homologar os trabalhos defendidos;
- o. estabelecer procedimentos que assegurem à especialização em EPT efetiva orientação acadêmica;
- p. estabelecer critérios para alocação de bolsas e acompanhamento do trabalho dos bolsistas;
- q. fazer o planejamento orçamentário do Curso e estabelecer critérios para a alocação de recursos;
- r. organizar anualmente a relação dos docentes disponíveis para a orientação de alunos;
- s. homologar a relação dos candidatos aprovados por processo de seleção específica ao curso *lato sensu*/EPT;

- t. orientar acerca das normas de redação e estabelecer as normas de defesa do trabalho de conclusão de curso;
- u. colaborar com a implementação de medidas necessárias ao incentivo, acompanhamento e avaliação das pesquisas e produção do Curso;
- v. designar comissões relatoras e relatores *ad hoc*;
- w. reunir-se, em sessão ordinária, uma vez por mês e, em sessão extraordinária, sempre que for convocado pelo Coordenador, por iniciativa própria ou por determinação de um terço dos integrantes do colegiado;
- x. estabelecer o calendário acadêmico anualmente;
- y. cumprir e fazer cumprir este Regulamento.
- z. julgar medidas disciplinares aos integrantes do Curso que não cumprirem o Regulamento.

6 INFRAESTRUTURA FÍSICA

6.1 Instalações gerais e equipamentos

O *campus* Florianópolis está situado na Avenida Mauro Ramos nº 950, Florianópolis/SC, local este inaugurado em 1962 e dispõe de completa estrutura e instalações gerais disponíveis a garantir o funcionamento adequado do curso de especialização em EPT.

O campus ocupa um total de 49.480m² e possui diversas salas de aula; salas de professores; espaço para práticas desportivas; laboratórios de ensino e pesquisa; secretaria acadêmica; coordenação de cursos, chefias de departamentos, auditórios, mini auditórios; biblioteca; gestão de pessoas; apoio pedagógico; serviços de TI; serviços de manutenção, limpeza, almoxarifado; serviços gráficos; serviços de saúde; garagens e estacionamentos; museus, centro de exposições; portaria; espaços de convivência; praças; atividades artísticas; restaurante/cantina, cultivo de vegetais/canteiros/viveiros; canteiros de obras, guaritas, entre outros.

O DALTEC é o departamento responsável por oferecer todo o suporte ao curso, com destaque para a secretaria e registro acadêmico.

Sala de professores e sala de reuniões: Serão disponibilizadas salas para os docentes que irão atuar no curso de especialização. Além das salas gerais haverá ambiente específico para os docentes do curso. A sala será organizada adequadamente para os professores e contará com mesas de trabalho, computadores, estantes, pontos físicos de acesso à rede, acesso Wi-Fi à rede/internet, ramal telefônico, condicionador de ar e cadeiras.

Salas de aula:

O Campus disponibilizará salas de aula apropriadas à oferta, em especial O Laboratório de Imagem e Oralidade (LIO), localizado na ala norte.

Acesso dos alunos a equipamentos de informática: Sala de atendimento aos estudantes – Ambiente contendo mesas de reunião, cadeiras, ponto de rede físico, acesso Wi-Fi à rede/internet, projetor e mesa, quadro branco e condicionador de ar.

Infraestrutura e serviços dos laboratórios especializados: Faz-se importante destacar que a configuração dos laboratórios especializados, de acordo com o apresentado em suas respectivas planilhas, no que se refere aos seus recursos, foi devidamente pensada e arquitetada para propiciar suporte ao trabalho que será desenvolvido nos três módulos (eixos) do curso de especialização.

Dentre os três laboratórios especializados, dois: Laboratório de Pesquisa em Tecnologias Educacionais e o Observatório da Educação Profissional e Tecnológica são laboratórios de pesquisa vinculados ao Grupo de Pesquisa em Educação Tecnológica e o

outro, o Laboratório de Aprendizagem Baseada em Projetos, se institui como um laboratório que visa oportunizar a projeção do exercício da profissão docência na educação profissional e tecnológica.

Instalações e Ambientes Físicos: Há de se destacar que o Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica se configura como um curso que tende, de acordo com as características de seus alunos, a ter repercussão em todas as áreas de conhecimento das ofertas acadêmicas do *campus* Florianópolis, em face de estar pensando na forma de um laboratório, a partir do qual o professor desenvolve o exercício da profissão docência.

A partir dessa visão, a infraestrutura acadêmica de laboratórios e ambientes de apoio do *campus* Florianópolis ao desenvolvimento de suas atividades de ensino e de aprendizagem, desponta como ambientes potenciais de suporte ao desenvolvimento das atividades acadêmicas do Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica.

Nesse sentido, julga-se não ser necessário citar determinados ambientes do *campus* Florianópolis, em face de que a configuração de uma determinada turma do Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica mobilizará o seu coordenador a construir interfaces com os Chefes de Departamentos Acadêmicos.

6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD)

Não se aplica

6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD)

Não se aplica

6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD)

Não se aplica

6.5 Biblioteca

A Biblioteca Dr. Hercílio Luz, localizada no *campus* Florianópolis do IFSC está disponível aos estudantes regularmente matriculados nas ofertas acadêmicas disponibilizada por esse, bem como para pessoas da comunidade, tendo os seguintes objetivos: a) ensinar as técnicas de recuperação da informação, assegurando habilidade permanente e bons resultados na sua utilização; b) informar ao usuário como manipular as informações para melhor realizar suas pesquisas e atividades; e c) conscientizar os usuários da importância de conservar o material bibliográfico existente na biblioteca para utilizá-lo de acordo com seu regulamento.

A Biblioteca do *campus* Florianópolis possui uma área útil de 850 m² e está localizada no Centro de Convivência, em sua entrada principal. Dispõe de equipamentos de climatização, de segurança, sinalização e equipamentos de acesso para portadores de necessidades físicas especiais.

No que se refere as condições de armazenamento, de preservação e de disponibilidade do acervo da Biblioteca do *campus* Florianópolis, essas são adequadas para o atendimento. Em se tratando das características do acervo da biblioteca, esse é constituído por livros, mídia digital, periódicos, dissertações e teses, revistas, jornais, trabalhos de conclusão e curso, folhetos, catálogos de fabricantes, apostilas, coleções, dicionários e enciclopédias.

ACERVO

BIBLIOTECA – Câmpus Florianópolis - Centro

Números totais:

Número total de exemplares cadastrados em 14/05/2014: 34.418

Número total de títulos cadastrados em 14/05/2014: 13.171

Números totais de obras temática educação:

Número total de exemplares cadastrados em 14/05/2014: 1.427

Número total de títulos cadastrados em 14/05/2014: 708.

Periódicos

Número total de periódicos: 4.610.

Número total de Títulos: 264.

7 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A cada oferta a Coordenação do Curso promoverá reunião de avaliação deste PPC em trabalho conjunto entre professores e alunos para avaliar possíveis necessidades de revisão deste PPC do Curso. Além disso, o Sistema de Avaliação do Projeto do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu EPT segue o disposto na Lei no 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), cuja norma legal tem por objetivo preservar e garantir a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação, inclusive dispositivos relativos ao desempenho acadêmico de seus alunos/docentes.

Entende-se que essa avaliação ocorrerá mediante instrumento elaborado para esse fim e se desenvolverá com a participação de alunos e do coletivo de profissionais da educação, os quais darão sustentação à execução do projeto do curso, com vistas a levantar indicadores a partir dos quais se possa refletir sobre a necessidade de ajustar e desenvolver sob outra perspectiva de resultados que, caso exija, seja mais condizente com a realidade sociocultural e econômica a que o egresso está sujeito e em consonância com as políticas do Estado brasileiro. Para tanto, entende-se que a equipe de profissionais da educação vinculada ao curso que dá sustentação à execução do seu projeto, bem como da representação estudantil eleita para a composição do colegiado do curso, assessorados pela equipe da coordenação pedagógica do Campus constituem o grupo responsável por materializar essa intencionalidade, após isto será submetido às devidas instâncias.

8 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO

O curso já passou pelas devidas instâncias e está aprovado pela RESOLUÇÃO CEPE/IFSC Nº 31, DE 15 DE JULHO DE 2014 e Resolução 42/2014 do CONSUP.

9 ANEXO